

ATA DE REUNIÃO (PROAD Nº 26.728/2018)

Comissão de Gestão do Teletrabalho

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião
23/04/19	Início	10h30	Término	11h30	Gabinete do Desembargador do Trabalho Carlos Augusto Gomes Lôbo

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

- Analisar a consulta feita pelo CNJ sobre o pedido de extensão do teletrabalho a servidores no exterior (em atendimento a despacho da Presidência);
- Analisar o Relatório Anual de Teletrabalho
- Outros

3. PARTICIPANTES

Nome		Lotação
1	Carlos Augusto Gomes Lôbo	Desembargador do Trabalho (representante dos magistrados)
2	Patrick Faelbi Alves de Assis	Diretor de Secretaria da 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho (representante das unidades participantes de teletrabalho)
3	Taís Betânia Fusinato	Coordenadora de Assistência à Saúde (representante da unidade de saúde)
4	Frank Luz de Freitas	Secretário de Gestão de Pessoas (representante da área de gestão de Pessoas)
5	Antonio Batista de Souza	Representante de entidade sindical (ausente)
6	Francisco Dilson Chaves Guerreiro	Chefe do Setor de Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho e Qualificação de Pessoal

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

Deliberações		Responsável pela implementação	Data limite
1	Informar à Administração do TRT14 acerca do posicionamento favorável da Comissão de Teletrabalho quanto a extensão do <i>home office</i> a servidores no exterior, com consequente alteração das atuais	Comissão de Gestão do Teletrabalho	Imeditado

	regulamentações do CNJ sobre o tema.		
2	Enfatizar, por meio de comunicado a ser enviado pela SGEP e CAS, aos servidores que se encontram laborando na modalidade de teletrabalho e aos respectivos gestores a atenção quanto às questões ergonômicas, visando preservar a qualidade de vida dos servidores.	SGEP/CAS	Imediato
3	Fazer um levantamento (uma avaliação) das estações de trabalho utilizadas pelos servidores que se encontram exercendo suas atividades na modalidade teletrabalho, solicitando que os mesmo enviem fotos das respectivas estações de trabalho.	CAS	Foi efetuado durante elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho conforme AET em anexo.
4	Apresentar "Relatório Anual de Teletrabalho" à Administração do TRT14 e posteriormente enviar ao Conselho Nacional de Justiça, contemplando os seguintes pontos: 1 - contextualização do teletrabalho no TRT14; 2 - relação dos servidores em teletrabalho; 3 - perfil dos servidores em teletrabalho; 4 - localidade de prestação das atividades; 5 - oportunidades de melhoria.	SGEP	Imediato

5. OBSERVAÇÕES

- Registrada a ausência do servidor Antonio Batista de Souza (representante de entidade sindical).
- O Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo iniciou a reunião com boas vindas aos presentes, e ato contínuo solicitou que fossem apresentados os temas constantes na pauta da reunião.
- O Secretário de Gestão de Pessoas, Frank Luz de Freitas informou como primeiro item da pauta a análise de determinação da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na qual intima os tribunais para se manifestarem quanto ao pedido de extensão do teletrabalho a servidores no exterior e à adoção de práticas destinadas ao estímulo do teletrabalho no Poder Judiciário, a respeito do que a Presidência havia determinado a realização de reunião para deliberação.
- Após as análises e discussões, a Comissão de Gestão de Teletrabalho posicionou-se favoravelmente quanto aos pedidos de extensão do teletrabalho a servidores no exterior (inclusive com a alteração das atuais regulamentações do CNJ sobre o assunto), considerando tal medida como estímulo à prática do teletrabalho no Poder Judiciário.
- O Secretário de Gestão de Pessoas e a Coordenadora de Assistência à Saúde, Taís Betânia Fusinato, registraram que no momento da entrada em teletrabalho, o servidor recebe uma cartilha com as orientações ergonômicas.

- No encerramento da reunião o Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo e os demais participantes da reunião ratificaram o posicionamento da Comissão de Gestão de Teletrabalho de reputarem benéfico aos servidores e ao TRT14 o desenvolvimento das atividades em regime de teletrabalho.

- O segundo item da pauta se referiu ao “Relatório Anual de Teletrabalho” a ser apresentado à Administração do TRT14 e posteriormente enviado ao Conselho Nacional de Justiça, cuja proposta foi aprovada pelos integrantes da Comissão que se fizeram presentes, na qual serão efetuados pequenos ajustes e, após, juntada como anexo à ata.

- O Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo lembrou a necessidade enfatizar com os servidores em teletrabalho e com os respectivos gestores a preocupação quanto às questões ergonômicas, visando preservar a qualidade de vida dos servidores.

6. FECHAMENTO DA ATA

Data da ata	Assinatura do relator
23/04/19	Frank Luz de Freitas (assinado digitalmente)